

## Programas de políticas públicas para a igualdade de gênero: reflexos na participação da mulher no mercado de trabalho.

Giulia Bianchi<sup>1</sup>, Bruna A. Branchi<sup>2</sup>

1. Estudante de IC da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas; \* [giulia.b@puccampinas.edu.br](mailto:giulia.b@puccampinas.edu.br)

2. Pesquisador e professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas.

Palavras Chave: *Mercado de trabalho, Políticas Públicas, Desigualdade.*

### Introdução

Esta pesquisa trata do tema da conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais de mulheres e homens.

A Convenção 156 de 1981 da Organização Internacional do Trabalho deveria ser a peça fundamental que inspira as políticas públicas que visam facilitar a articulação trabalho-família, mas ainda não foi ratificada no Brasil. Mesmo assim o Brasil implementou algumas medidas que facilitam esta articulação, por exemplo ampliando a licença maternidade.

O objetivo do trabalho é estudar os efeitos de duas políticas públicas com potencial para facilitar o gerenciamento do tempo das mulheres. São elas a política de transferência de renda (no caso o Programa Bolsa Família - PBF) e a política universal de educação infantil.

### Resultados e Discussão

Os resultados obtidos com relação a este assunto foram embasados em uma revisão da literatura na área, além da análise de microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), tendo como objetivo principal entender como as políticas públicas citadas auxiliam na igualdade de gênero possibilitando a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Focando a análise em quatro estudos que visavam medir o efeito do PBF sobre a participação feminina no mercado de trabalho, podemos concluir que todos evidenciavam a relevância deste programa para o empoderamento das mulheres. Três desses estudos utilizaram os microdados da PNAD e um os microdados da Pesquisa Grau de Aversão à Desigualdades da População Brasileira.

Utilizando técnicas estatísticas diferentes não chegam a uma conclusão unívoca. O trabalho de Sorj e Fontes (2010) visa sustentar a ideia que o PBF desestimula a participação feminina no mercado de trabalho, porém a metodologia não parece ser a mais apropriada para alcançar este resultado. O trabalho de Der Maas e Caetano (2010) encontra evidência favorável a uma maior participação e ocupação dos beneficiários do PBF porém em uma situações mais precárias em comparação aos não beneficiários. Os resultados do estudo de Foguel e Barros (2010) não mostram efeitos significativos dos programas condicionais de transferência de renda brasileiros quer na participação no mercado de trabalho ou nas horas de trabalho de homens e mulheres.

O quarto e único estudo que não utiliza os dados PNAD é de Lavinias et al. (2012). Eles concluem que o PBF não desestimula a entrar no mercado de trabalho, mas que as mulheres que têm emprego fixo e renda familiar inferior a linha de pobreza do PBF (e registradas no Cadastro Único) têm baixa probabilidade de se tornarem beneficiárias do programa. O que leva então aos resultados de que as mulheres beneficiárias têm taxa de

participação e jornada de trabalhos menores do que das não beneficiárias.

Da revisão da literatura, além dos estudos aqui mencionados, aparece claramente que uma política de acesso à educação infantil é uma reivindicação das mulheres beneficiárias do PBF. Essa política, que tem como objetivo principal a formação do cidadão e é uma forma de combate à pobreza, tem também reflexos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Para verificar se a inserção escolar de crianças de até 5 anos favorece a conciliação entre trabalho e família, foram utilizados os microdados da PNAD de 2013 e foram calculados alguns indicadores de mercado de trabalho discriminando entre famílias com acesso e sem acesso à creche (ou maternal, jardim de infância ou classe de alfabetização). A unidade familiar considerada é composta por mãe, cônjuge e ao menos um filho menor de 5 anos. A presença de creche tem um impacto notável na participação feminina, tanto em termos de taxa de atividade como de taxa de desocupação, enquanto que não parece afetar estes indicadores para os homens. Em particular, aumenta de 16 pontos percentuais a taxa de atividade feminina (72,5% se houver acesso à escola contra 56,9% em caso contrário) e diminui de mais de 3 pontos percentuais a taxa de desocupação (6,3% é a taxa de desocupação feminina quando há a disponibilidade de recorrer à creche contra 9,5% se não houver esta disponibilidade).

### Conclusões

Os efeitos notados foram que não há evidência unívoca que o PBF influencie a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho ou eleve o número de horas trabalhadas. Entretanto uma melhor e mais ampla política de educação infantil é essencial visto seus efeitos é positivo na participação feminina no mercado de trabalho.

### Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pela bolsa PIBIC concedida e à PUC-Campinas pelo apoio a esta pesquisa, fatores importantes para o nosso desenvolvimento acadêmico e profissional.

DER MAAS, L. W.; CAETANO, A.J. (2010), Participação no mercado de trabalho e qualidade da inserção ocupacional entre elegíveis ao programa bolsa família da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul em 2006. *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

FOGUEL, m.n.; Barros, R.P. The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: Na Empirical Analysis Using a Time-Series-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities. *Estudos Econômicos*, v. 40, n. 2, abr/jun. 2010

IBGE Microdados da PNAD 2013.

LAVINIAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A.. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 6, n. 10, jan/jun. 2012.

SORJ, B.; FONTES, A. Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: Comparações inter-regionais. Em FARIA, N.; MORENO, R. (org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010